

ELAS DECIDEM?

Analisando o Papel Familiar da Mulher a partir do Programa Bolsa Família¹

Flávia Ferreira Pires
Patrícia Oliveira Santana dos Santos
Jéssica Karoline Rodrigues da Silva²
UFPB

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de campo realizada no município de Catingueira, semi-árido da Paraíba, durante sete dias no mês de dezembro de 2009, como parte das atividades do projeto de pesquisa “A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família: Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semi-árido Nordeste Brasileiro”. Com o intuito de observar os efeitos das políticas públicas na cidade pesquisada, este artigo tentará abordar de forma mais sistemática como se apresentam atualmente os papéis familiares femininos e masculinos. A hipótese que é tradicionalmente a mulher assume o papel de administradora do lar e o homem assume o papel de provedor familiar. Discutiremos esses papéis em paralelo às mudanças, decorrentes do Programa Bolsa Família, ocorridas na configuração familiar. Assim, neste artigo tentaremos entender se o poder de barganha feminino tem aumentado a partir dos programas de transferência de renda no Brasil.

Palavras Chave: Programa Bolsa Família, Mulher, Semi-árido, Políticas Públicas, Criança.

ABSTRACT

This article is based on fieldwork research conducted in the small town of Catingueira, - semi-arid region of Paraíba - , during seven days in December 2009 as part of the activities of the research project "The Semi-arid House and the Family Grant Program: Analyzing Impacts of Public Policy in Semi-arid Northeastern Brazil". In order to observe the effects of public policies in the town surveyed, this article attempts to address more systematically the present day male and female family roles. The hypothesis is that traditionally the woman takes the role of managing the home and the man takes the role of family provider. We will discuss these roles in parallel to the changes in families power configuration arising from Family Grant Program. Thus, this paper will try to understand if the power of bargaining of women has increased from this income transfer program in Brazil.

Key words: Family Grant Program, Woman, Semi-arid region of Brazil, Public Policies, Child.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de campo de cunho etnográfico realizada no município de Catingueira durante sete dias no mês de dezembro de 2009, como parte das atividades do projeto de pesquisa “A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família: Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semi-árido Nordestino Brasileiro”. Como técnica de pesquisa principal realizamos vinte e duas (22) entrevistas com roteiro estruturado, cuja duração era em média 1 hora e 30 minutos, algumas chegando a durar 3 horas. Seguíamos um roteiro de perguntas, que era adaptado segundo as necessidades da entrevistada. As entrevistas foram realizadas na casa da família beneficiada e em muitas delas vários membros da família estavam presentes, no entanto, privilegiamos a fala da mãe. A equipe de pesquisa era composta por quatro alunos de graduação de Ciências Sociais e a professora. Além das entrevistas, foi realizada observação participante, já que a equipe permaneceu na cidade por sete dias, hospedada em casas de família beneficiadas. Cada pesquisador passou os sete dias de pesquisa “morando” na casa de uma família beneficiada (fazendo suas refeições, dormindo, convivendo com os membros da família), o que nos franquiou o acesso a um tipo de dado mais refinado, se comparado ao dado coletado através das entrevistas. No entanto, conjugadas as técnicas - entrevista com roteiro estruturado e observação participante -, obtivemos um bom montante de informações para serem trabalhados.

Com o intuito de observar os efeitos das políticas públicas na cidade pesquisada, este artigo tentará abordar de forma mais sistemática os papéis familiares nos dias atuais nesta localidade. A hipótese que é tradicionalmente a mulher assume o papel de administradora do lar e o homem assume o papel de provedor familiar. Discutiremos esses papéis em paralelo às mudanças ocorridas na configuração familiar decorrentes das políticas públicas instaladas na cidade de Catingueira. Assim, tentaremos entender neste artigo, se o poder de barganha feminino tem aumentado a partir dos programas de transferência de renda no Brasil, principalmente a partir do Programa Bolsa Família (PBF).

Como princípio no PBF está colocada à preferência do repasse da quantia monetária para uma pessoa do sexo feminino, seja ela mãe ou responsável pelo lar. A partir deste fato, pensamos que podem existir algumas mudanças na configuração familiar em relação ao modelo de família dito tradicional. As famílias estudadas são largamente regidas por valores familiares em que pesam a educação moral cotidiana e são passados de pais para filhos ou ainda mais precisamente, de mães para filhos. Neste ambiente o papel de ambos os sexos está bem definido: o do homem como provedor das necessidades materiais da família e o da mulher a administradora das necessidades simbólicas e materiais dos seus filhos, marido e outros dependentes. Se o homem é o provedor por excelência, a ideia é discutir as implicações para a dinâmica familiar do recebimento pelas mulheres de quantia monetária. Quantia que, muitas vezes, é essencial para suprir as necessidades básicas das famílias³. Então, veremos até que ponto estão ocorrendo mudanças na configuração do poder familiar, incentivadas pelo

PBF, principalmente, em relação ao homem e a mulher e estes papéis historicamente e tradicionais desempenhados.

CATINGUEIRA

O município de Catingueira situa-se na região do semi-árido nordestino, na parte Oeste do Estado da Paraíba, a cerca de 340 km de distância da capital João Pessoa. Conta com uma população de 5.006 habitantes em uma área territorial de 529,46 km² segundo os dados do censo do ano de 2009. Catingueira é uma cidade que se divide entre as zonas rurais e urbanas, a cidade e os sítios. No campo comercial, a cidade é composta basicamente por duas padarias; uma farmácia; duas *lan houses*; algumas lanchonetes (freqüentada pela maioria dos jovens e adolescentes); um supermercado considerado de grande porte para o tamanho da cidade; assim como alguns mercadinhos; além de uma casa lotérica, onde os beneficiários recebem o dinheiro das “bolsas de governo”; um banco privado e uma pequena loja de móveis e eletrodomésticos. Em média 50% de seus habitantes vivem na zona rural e sobrevivem parcialmente da agricultura de subsistência, em especial do plantio de milho e feijão. Destes cereais, uma parte é consumida por essas famílias e a outra parte é comercializada. Algumas famílias que vivem na cidade também possuem o seu roçado para retirarem dali parte do seu sustento.

Em geral, as famílias vivem dos benefícios do governo federal, sendo elas bolsas e/ou aposentadorias, do trabalho agrícola, comercial ou dos empregos na prefeitura. O que podemos observar é que com o passar das gerações há um aparente desinteresse pelo trabalho agrícola, havendo a preferência pelo trabalho no comércio ou na prefeitura. Vemos também a busca pelas famílias por um melhoramento de sua situação social através de um investimento e incentivo maior nos estudos de seus filhos. Podemos ver exemplos a partir dos nossos relatórios de pesquisa: Dona Cleusa⁴ sempre fala do passado penoso para os seus filhos e os incentiva dizendo: ‘estudem porque o governo paga para vocês estudarem’, enfatizando que na sua época não era possível estudar, diante das dificuldades financeiras as crianças, desde cedo, contribuíam para o orçamento familiar através da realização de trabalhos. Dona Flor, da mesma maneira, não quer que sua filha trabalhe, mas que estude e realize o sonho de ser professora.

A cidade de Catingueira passou por um crescimento considerável nos últimos anos, o que segundo Pires (2009) se deu justamente pela introdução das “bolsas do governo” na cidade, em especial o PBF, que é considerado uma das principais rendas de seus habitantes, e movimenta grande parte da economia da cidade. Fato constatado também por nós através dos entrevistados: ‘... o dinheiro do PBF mudou a cidade, [...] ajuda os comércios, o meu mesmo é gasto aqui’” (Fala de Dona Cleusa, mãe de três filhos).

No âmbito religioso, a cidade de Catingueira é predominantemente católica, o que facilmente comprovamos ao chegar na cidade, pois logo nos deparamos com uma

imensa imagem de São Sebastião (padroeiro local) no meio da principal praça central, o que nos levou a perceber que a religião é algo que está impregnado nas diversas áreas da vida social dos catingueirenses. A religião com um maior número de adeptos é o catolicismo, seguido do protestantismo e do espiritismo kardecista. A igreja católica é a mais antiga e está localizada em um ponto central da cidade. Constatamos também um grande número de igrejas evangélicas em alguns pontos da cidade e um centro espírita. A partir desse mapeamento pudemos observar a grande influência que a religião tem para os habitantes de Catingueira, estando presente na fala, na conversa informal, nos quadros na parede com fotos de santos ou mensagens bíblicas, na forma como se referem ao PBF como uma “benção de Deus” e a Lula como um enviado Dele.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: FAVOR E DIREITO

O Programa Bolsa Família foi criado no Brasil em 2003 pelo governo federal, sendo resultado da unificação de diversos outros programas de transferência de renda condicionada e não condicionada: Fome Zero, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. O objetivo do programa é garantir o direito humano a uma alimentação adequada, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população que se encontra mais vulnerável à fome. Um dado importante é que o programa usa como recurso para seu sucesso a aplicação de condicionalidades. Estas regras são: a frequência escolar das crianças, estarem em dia com as vacinas infantis e adultas, as visitas ao posto de saúde para o cuidado tanto das crianças como, no caso de haver, gestantes e nutrízes na família. Assim acredita-se que com um maior incentivo ao uso dos sistemas públicos de educação e de saúde haverá um melhoramento nas condições de vida da população carente. Tais condicionalidades contribuiriam, desta forma, para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza entre as famílias. Porém, em muitos casos, a população não tem uma participação ativa na área educacional e da saúde, porque não existe um serviço de qualidade, dessa forma, como afirma Zimmermann (2006), cabe aos poderes públicos e não as pessoas a garantia do cumprimento das condicionalidades.

“O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e ou impostas. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades.” (ZIMMERMANN, p.153, 2006).

Como já dissemos, o PBF no município de Catingueira é considerado uma das principais rendas de seus habitantes, e movimenta grande parte da economia da cidade, o que foi percebido na fala de nossas entrevistadas. Principalmente a compra de alimentação é feita na própria cidade, às vezes a obtenção de bens mais “caros”, como móveis e roupas, são feitos em cidades próximas com um comércio mais movimentado, apesar de como antes descrito, já haver na cidade uma pequena loja de móveis e

eletrodomésticos, o que demonstra mais uma vez o crescimento da cidade através do incremento do comércio.

Quando questionados se o benefício do PBF era um direito ou um favor, a resposta se alternava, e a reflexão nativa direcionava-se no seguinte sentido: é um favor do governo federal, na pessoa do presidente Lula. Afinal, foi ele, - e não outro presidente-, quem implementou tal programa. Mas é também um direito das pessoas que não possuem uma renda mínima adequada para viver, já que há muitos gastos inúteis ou excessivos no governo (como viagens de avião por países diversos). Neste caso, é um “direito da pessoa pobre” e também um “favor de Lula”. Essas considerações indicam um complexo entendimento da política pública pelos seus beneficiários, que extrapola em muito a simples concepção de sociedade patrimonialista e aponta para a necessidade de futuras pesquisas. Afinal, direito e favor não parecem ser incompatíveis nessa reveladora maneira de pensar o PBF.

SER HOMEM EM CATINGUEIRA

A família é uma instituição social que se baseia na diferenciação dos papéis de seus componentes e que funciona de forma articulada e complementar.

“A família é mais que um agrupamento de pessoas com laços de sangue e de afinidades, pois ela funda as solidariedades necessárias à convivência social e forja as identidades masculinas e femininas” (QUINTEIRO, p.3, 2002).

Assim, a família se define segundo Sarti (2004), pelos significantes que criam os elos de sentidos nas relações, sem os quais essas relações se esfalecem pela perda ou inexistência de sentido.

“A família, como o mundo social, não é uma soma de indivíduos, mais sim um universo de relações. Embora comporte relações potencialmente equitativas, como aquela entre o homem e a mulher, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores, definindo-se, assim, como um mundo de relações recíprocas, complementares e assimétricas.” (SARTI, p.18, 2004).

A diferenciação entre os papéis de gênero por sua vez, tem a sua referência na oposição entre o espaço público associado ao homem e o espaço privado à mulher; cultura e natureza; razão e emoção. Podemos ver, a partir de Bourdieu em sua análise estruturalista no texto “A casa Kabile ou o mundo as avessas” (1999), o significado de cada espaço da casa em relação aos pólos feminino e masculino e a estrutura da sociedade. Ele coloca, segundo a moralidade da Kabile, a mulher no espaço da casa, enquanto o homem está colocado no “mundo externo”. Nesta dicotomia, ao homem será atribuído o papel de provedor do lar, aquele que buscará no mundo externo as condições possíveis para o sustento familiar. Para a função de administrar o que foi resultado da produção masculina, estará a mulher. Mais a frente falaremos dela.

Em relação à cidade de Catingueira parece haver uma configuração familiar tradicional baseada nesta diferenciação de papéis, o modelo de família frequentemente encontrado por nós é aquele demonstrado por Gilberto Freire em “Casa Grande e Senzala” (2000), o da família patriarcal. Esta parece ser reforçada pelos valores religiosos, que como foi dito anteriormente, influenciam as diversas áreas da vida social catingueirense. Sarti, em sua obra “A Família Como Espelho” (1996), destaca a especificidade entre os pobres e trabalhadores do modelo cultural da família como valor moral, centrado no princípio da reciprocidade e das obrigações, com prioridade do todo familiar e da parentela sobre os indivíduos. Em Catingueira constatamos algo similar. As famílias entrevistadas são beneficiárias pelo PBF e se classificam na condição de pobres ou extremamente pobres e as suas relações familiares são embebidas de obrigações e reciprocidade, principalmente no que se refere aos papéis de homem e de mulher. Assim, o valor da família surge como um princípio instituidor de uma moral, que é estabelecida por um conjunto de regras, de reciprocidade e obrigações.

O ser homem em Catingueira é trabalhar no roçado, na padaria da cidade, ou em um trabalho informal. *Sr. Pedro é contratado de uma firma em Patos, e trabalha dirigindo um caminhão... Mané é o pedreiro mais conhecido da cidade e mais procurado, e além dos serviços de pedreiro que sempre que aparece ele faz, também é agricultor, trabalha na roça... O irmão Josué trabalha na padaria de seu irmão, a mais destacada da cidade.* Assim, ser homem é trazer o sustento para a sua família, é a realização de um valor moral. É através do trabalho que o homem tem a voz ouvida pelos outros membros familiares, assim como é a partir o trabalho que a autoridade masculina legítima é definida.

“Nesta regra implícita na convivência cotidiana percebe-se a demarcação da hierarquia familiar, reafirmando as fronteiras entre o masculino e o feminino e conferindo ao homem um lugar de autoridade na família que ele, trabalhador e pobre não encontra no mundo da rua.” (SARTI, p.40,2004)

Mesmo longe fisicamente, a presença masculina paterna é notada e sua autoridade não é contestada. Isso se confirma no caso de Dona Laura que *apesar de seu marido estar em São Paulo há 11 meses, diz que a ordem que ele der lá [pelo telefone] deve-se cumprir aqui.* Porém essa autoridade deve vir junto a uma postura específica. Na verdade, essa postura é a medida para a autoridade masculina. A postura implica um conjunto de ações e um comportamento padrão, portanto, “colocar comida na mesa” não é tudo. É como vimos no caso de Dona Josefa: ela contou um pouco da vida que tinha com o marido dentro de casa, disse-nos que lhe mandou embora por que não queria cachaceiro em casa... dizendo que os filhos não gostam do pai, tudo por conta da cachaça. A cachaça é considerada por muitos como a desagregadora dos lares, o homem quando bebe perde a sua moral dentro da casa. Até porque perde sua habilidade como provedor financeiro e chegando mesmo a dilapidar os poucos recursos familiares em benefício próprio, o que é considerado altamente reprovável socialmente. O seu papel exemplar perante os filhos é algo cobrado pela sua outra parte que é a mulher, que vê neste “a viga principal da casa”, como coloca Bourdieu em sua análise estrutural da casa Kabile, e também aparecerá nas falas de nossas entrevistadas. Para Dona Laura “o homem é a cabeça e a mulher é a calda”. Em uma conversa mais particular com a

entrevistada Dona Maricota, ela nos falou que já pediu para o marido sair procurando trabalho porque a situação estava difícil, sendo assim, fica claro que ele deve assumir o papel de provedor, cabendo a ela, no entanto, estar atenta as necessidades da casa e tomar providências, como alertar o marido da necessidade de assumir seu papel. Dessa forma, comprovamos aquilo que diz Sarti: a identidade masculina, tanto na família, quanto fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho. O trabalho vai além da provisão material, do colocar comida na mesa e pagar as contas, ele forja a identidade masculina, conduzindo o homem a sua autonomia e a identidade moral. Sendo compreensível que a perda do trabalho afete o homem de maneira notável. Assim ao fazer do homem o provedor material, o trabalho faz dele o provedor moral.

SER MULHER EM CATINGUEIRA

A mulher é tradicionalmente associada ao universo doméstico. A casa é identificada com a mulher, assim como a rua é identificada com o homem (DA MATTA, 2000). Segundo Sarti (1996), o homem é considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa; o que permite a implementação de diferentes funções, que leva a uma divisão de autoridades que se complementam. A autoridade da mulher está ligada à importância da mãe. Mas não só nisso, também no controle que a mesma possui do dinheiro. Na sua capacidade administrativa do lar. É a mulher quem cuida para que tudo na casa esteja em perfeita ordem, cuida do bem-estar de tudo e de todos, assim, é que no dito popular, muitos maridos chamam suas mulheres de “patroas”, pois na casa quem “manda” é a mulher.

A mulher nesta configuração, será responsável por gerir os bens de consumo, é ela quem fará as compras da casa, selecionará o produto levando em conta o seu custo e as necessidades de todos. Um exemplo visto por nós foi na família de Dona Pilar: quem é responsável por trabalhar, ser o mantenedor da casa é o seu marido, mas ele afirma, segundo ela, que escolher o que comprar é coisa de mulher. No caso de itens mais caros, a mulher apresentará uma proposta ao marido e a necessidade da compra será discutida, fato observado e que se repetia em diversas famílias; como na casa de Dona Pilar que nos disse que sempre conversa com o marido antes de comprar algo de maior valor. Ou na casa de Dona Maria José que decide as compras de produtos mais básicos, como alimento e vestuário: “eu quem compro do meu gosto”. Enquanto que os produtos de maior valor ou considerados dispensáveis (como um par de tênis novos para o filho, ou uma peça de vestuário nova para a filha) são combinados com o seu esposo. No caso de Dona Cleusa é ela quem recebe o dinheiro do PBF e compra as “coisas”, paga as contas e faz as compras menores. Já a compra de produtos maiores, como móveis e eletrodomésticos, “é combinado” com o marido. Na maioria das casas que entrevistamos, a mulher é quem tomava conta do dinheiro. As compras de maior valor, em sua maioria, são sempre combinadas, apesar de serem, preferencialmente, efetuadas pela mulher. O fato de ser a mulher quem cuida das coisas da casa, contribui para a valorização do seu trabalho doméstico. O que em muitos casos faz com que o homem confie a ela parte ou até todo o dinheiro do ordenado do mês para que ela invista na organização e manutenção da casa. É o que vemos o exemplo na família de Dona Cleusa, que nos afirmou que “mistura” o dinheiro do PBF com o que recebe do salário

do marido. O que explica o fato de que a maioria das crianças, quando desejam algum dinheiro ou bem peça diretamente à mãe, mesmo sendo o pai o responsável por ganhá-lo. Dona Cleusa continua: “os filhos pedem mais a mãe que ao pai, a Natália [sua filha] diz que é porque o pai é enjoado” [isto é, abusado, bruto].

A responsabilidade da mulher ainda se amplia para o cuidado com a educação dos filhos, e em Catingueira esse cuidado foi observado com grande frequência, uma vez que as mães sabem que a falta ao colégio leva a perda do benefício do PBF, todavia, mais do que a perda do benefício, a preocupação maior das mães é em propiciar ao seu filho um futuro diferente, um futuro melhor do que aquela que ela viveu quando criança.

O poder de escolha atribuído as mulheres é entendido pelo fato de que elas se preocupam com o bem-estar daqueles que são os integrantes da sua família, e que é ela quem conhece com maior propriedade as necessidades dos membros familiares e da casa. Na cidade onde a nossa pesquisa se realizou, as mulheres/mães possuíam tal preocupação, sobretudo no que diz respeito à alimentação infantil. Desta forma citamos Daniel Miller (2002) que realizando pesquisa no norte de Londres, formulou um ensaio sobre o ato de comprar como um ato de amor e a devoção que atravessa a consumidora no ato da compra, notadamente a mãe de família. Assim, percebemos o ato de amor, de devoção e preocupação que perpassa a mãe na hora das compras.

“... ela vê seu papel como sendo o de selecionar mercadorias que se propõem a serem educativas, edificantes, e, num sentido mais vago moralmente superiores....ao justificar suas decisões, essas donas de casa geralmente reclamam possuir uma perspectiva mais ampla do que a dos demais membros da família. Vêm-se como possuidoras de uma antevisão que evitará o embaraço e o desdém de que sua família poderá ser alvo se vestirem como eles próprios escolherem ou se determinarem sua própria alimentação.” (MILLER, pág. 32, 2002)

Assim, parece que a família é dado importante para a identidade feminina na cidade em que foi realizada a pesquisa. Mas, para além disso, queremos enfatizar as negociações que ocorrem no seio das famílias no que diz respeito ao empenho do dinheiro recebido pelo PBF. É importante se perguntar que mudanças devem haver no futuro próximo em relação ao papel de provedor familiar, uma vez que em algumas casas o dinheiro do PBF é recebido como única fonte de renda. Neste caso, sendo a mulher a responsável por receber o dinheiro – será ela também tomada como aquela que provê financeiramente a família? Se assim for, que implicações isso terá para o cotidiano destas famílias e para as relações familiares? Que papel caberá ao homem nesta nova configuração familiar? Todas essas perguntas, altamente pertinentes, precisam ser respondidas em profundidade, neste artigo e nas conclusões finais apresentadas a seguir, apenas iniciamos o debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias são unidade dinâmicas, sempre em transformação. Hoje, com a implementação de políticas públicas como o PBF, novos horizontes se abrem, dando a mulher uma oportunidade de possuir uma autonomia diferenciada, em virtude da quantia que lhe é direcionada. Com o acréscimo do benefício do PBF as finanças domésticas constatamos que há um aumento de poder nas mãos das mulheres. Todavia, a configuração familiar tradicional onde o homem se apresenta com o papel de provedor das necessidades e a mulher como administradora destas parece permanecer.

O PBF deu a mulher uma oportunidade de decisão independente, já que o benefício que o programa repassa é destinado prioritariamente a mulher. Mas o que vem acontecendo, principalmente em região do semi-árido nordestino brasileiro, é que a mulher mesmo tendo essa oportunidade, prefere fazer suas escolhas junto com o seu marido, principalmente se for referente a uma compra considerada de grande porte ou de bens considerados dispensáveis. Embora seja ela quem compre e decida o que comprar no que diz respeito às compras cotidianas, o que Miller (2002) chama de “atos de amor no supermercado”. Pensando a feira do mês, as compras do açougue e de verduras a mulher parece ter autonomia de gestão do dinheiro e de decisão do que comprar, graças ao PBF.

Assim gostaríamos de retomar a pergunta mestre deste artigo. Há por parte do Ministério do Desenvolvimento Social um entendimento de que as mulheres fazem as escolhas de consumo que privilegiam todos os membros familiares de maneira equilibrada e, em casos críticos, privilegiam os mais vulneráveis, notadamente as crianças. Por isso, é a mulher quem deve receber o benefício. Vimos no Relatório Executivo do CEDEPLAR (2007) que esse direcionamento do dinheiro contribui para o empoderamento feminino no que diz respeito ao poder de barganha familiar no interior do domicílio. No entanto, seria leviano afirmar que a possibilidade de comprar conduz a um empoderamento pleno das mulheres, uma vez que as compras são definidas a partir de papéis familiares femininos e masculinos, adultos e infantis bem demarcados⁵. A compra não é feita sem levar em consideração o papel masculino de provedor do lar e o papel feminino de administradora. Por isso, o conceito nativo “nós somos combinados” dá conta de uma complexa situação em que a negociação entre marido e mulher é primordial para a compra de um bem de maior valor ou considerado dispensável, em outras palavras, elas não decidem, elas negociam com o marido. Elas apontam a necessidade, mas não decidem sozinhas. É por essas searas que o dinheiro do benefício do PBF viaja pelas terras áridas na Paraíba.

Notas

¹ Trabalho apresentado no formato de pôster na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, em Belém, Pará e no IX Fazendo Gênero - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, realizado entre os dias 23 a 26 de agosto de 2010, em Florianópolis, Santa Catarina.

O artigo aqui apresentado faz parte das atividades do projeto de pesquisa “A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família. Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semi-árido Nordestino Brasileiro” financiado pelo CNPq.

² Flávia Pires é Drª. em Antropologia Social pelo Museu Nacional UFRJ, professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e coordena o projeto de pesquisa - Contato: ffp23279@gmail.com

Jéssica Karoline e Patrícia Oliveira são alunas da graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e participam como Bolsistas do projeto de pesquisa desde 2009. Contatos: Jéssica jessikline@hotmail.com e Patrícia paty_sfc@hotmail.com

³ No texto em elaboração “O Programa Bolsa Família e o Consumo de Famílias Pobres e Extremamente Pobres do semi-árido Nordestino Brasileiro”, Flávia F. Pires discute o emprego do benefício do PBF acentuando a compra de gêneros alimentícios principalmente para as crianças; o que corrobora nosso argumento no sentido de que deixa claro que o benefício recebido pela mulher é essencial para garantir a sobrevivência da família. Veja também BENJAMIN 2010.

⁴ Os nomes próprios de pessoas são fictícios. Foram realizadas vinte e duas (22) entrevistas, cuja duração era em média 1 hora e 30 minutos, algumas chegando a durar 3 horas. Seguíamos um roteiro de perguntas sobre o PBF, que era adaptado segundo as necessidades da entrevistada. Muitas entrevistas foram realizadas em família, mas privilegiamos a fala da mãe.

⁵ Em relação ao universo infantil e o PFB sugerimos a leitura de Pires 2009, Benjamin 2010, Jardim 2010, Pires 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, T. 2010. **Brebotos e Burugangas: analisando o “empoderamento” infanto-juvenil no Sertão Paraibano.** CAOS UFPB, João Pessoa, n.15, mar.2010. Disponível em:< <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/1%20artigo%20tatiana.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2011.

BOURDIEU, P. **A casa kabyle ou o mundo às avessas*** Cadernos de Campo. Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da Usp. São Paulo, N° 8, 1999.

DAMATTA, R. **A Casa e a Rua.** 11 Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 164p.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal.** 40 edição. Rio de Janeiro: Record. 736p. 2000

JARDIM, G. A. da S. **Casa Sertaneja Entre Gerações: os impactos do Programa Bolsa Família na cidade de Catingueira – PB.** João Pessoa: Monografia de fim de Curso de Graduação em Ciências Sociais, UFPB. 2010. 55 p.

MILLER, D. **Teoria das compras.** São Paulo: Nobel. 191p. 2002.

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 16, março 2011
www.cchla.ufpb.br/caos

PIRES, Flávia Ferreira. A casa sertaneja e o Programa Bolsa-Família: questões para pesquisa. Política & Trabalho, UFPB, João Pessoa, 2009.

PIRES, Flávia Ferreira. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 17, p. 133 – 151, 2008. 133-151p.

PIRES, Flávia F. “Cidade, Casa e Igreja: sobre Catingueira, seus adultos e suas crianças”. Campos 08 (02), Curitiba, UFPR, 2007.

PIRES, F. F. Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho. Etnografia da Festa de Catingueira / PB. 2003. 124p. Dissertação de mestrado. PPGAS, MUSEU NACIONAL, UFRJ, Rio de Janeiro.

PIRES, F. F. O Programa Bolsa Família e o Consumo das Meninas e dos Meninos no Semi-Árido Nordeste. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23, 2010, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Fazendo Gênero, 2010. 1-10 Disponível em: <
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277035388_ARQUIVO_fazendogenero10textocompletoOPROGRAMABOLSAFAMILIAECONSUMODASMENINASDOSMENINOSNOSEMI.pdf> Acesso em: 24 de fevereiro de 2011

QUINTEIRO, Maria da C. QUINTEIRO, M. Homens e Mulheres em Situação de Desemprego. 2002. Revista Sociedade e Cultura 3-Cadernos do Noroeste, Minho-Portugal, v.16, n.1-2, p. 209-229.

SARTI, C. A. A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. SP: Autores Associados, 1996. 128p.

SARTI, Cynthia A. A Família como Ordem Simbólica. Scielo, São Paulo, mar. 2004. Escola Paulista de Medicina, UNIFESP. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa-Família do governo Lula no Brasil. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, Scielo, Jun.2006. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000100009&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2011.

SITES

<http://www.mds.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br>

RELATÓRIOS

Sumário Executivo. *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Outubro de 2007.